



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.635-A, DE 2005

*Regulamenta a profissão de Protesista /
Ortesista.*

Autor: Deputado ONYX LORENZONI

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe pretende regulamentar a profissão de protesista/ortesista. A proposta define o profissional como sendo “aquele que desempenha profissionalmente atividade especializada na tomada de medidas ou moldes gessados e na confecção sob medida das órteses e próteses”, bem como “a confecção de palmilhas e calçados ortopédicos em oficina própria, a realização das respectivas provas e as adaptações necessárias”.

É exigida formação profissional específica e atualização permanente dos integrantes da categoria, estabelecendo-se as seguintes atribuições para o protesista/ortesista:

- “a) Auxiliar na prescrição da prótese e da órtese;*
- b) Avaliação inicial do paciente e interpretação da prescrição;*
- c) Tomada de medidas e moldes para confecção da prótese ou órtese;*
- d) Confecção e adaptação das mesmas em pacientes;*
- e) Instrução quanto ao seu uso correto bem como todos os cuidados de higiene e manutenção;*
- f) Acompanhar posteriormente o registro de todos os dados sobre evolução do paciente.”*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

A matéria foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e do Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para análise do mérito e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCCJ) para apreciação da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na CSSF, o projeto foi aprovado com substitutivo, o qual, basicamente, modificou o nível de escolaridade exigido para o exercício da profissão, passando de nível superior para nível técnico, além de acrescentar o termo “ortopédico” ao final da denominação profissional.

A proposta foi arquivada ao término da Legislatura passada, nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e desarquivada, a pedido do autor, no início desta nova Legislatura.

Encaminhado para exame desta CTASP, a proposta não recebeu emenda ao final do prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Como foi muito bem dito pelo ilustre autor da proposta, é preciso assegurar-se “*o reconhecimento para os profissionais que resgatam, através de seu trabalho, a dignidade das pessoas portadoras de necessidades especiais em nosso País*”. Esse é o caso dos profissionais protesistas e ortesistas, cujas atribuições estão diretamente relacionadas a essas pessoas.

Com efeito, está na alçada dos profissionais, objeto deste projeto, a confecção, sob medida, de órteses e próteses para pacientes com deficiência física que tenham o seu aparelho locomotor comprometido. Assim, o serviço executado pelo protesista e pelo ortesista é indispensável no processo de reabilitação dessas pessoas.

Esse motivo, por si só, já justifica a aprovação da matéria.

Contudo parece-nos que a Comissão de Seguridade Social e Família, ao examinar a proposição, conseguiu aprimorá-la, tanto em relação ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

mérito quanto à técnica legislativa. Isso porque o projeto original não evidencia qual é o nível de escolaridade exigido para exercer a profissão, se superior ou se médio, o que fica claro no substitutivo da Comissão, ao deixar expressa a sua condição de profissão de nível médio. Além disso, em não se sanando essa dúvida, pode-se deixar margem à interpretação de que esses profissionais poderiam exercer atribuições próprias de médicos ou de fisioterapeutas.

Ademais, a CSSF, dentro de sua área de competência, demonstrou que a definição de prótese e órtese não está circunscrita às questões de locomoção, trazendo como exemplos a instalação de marca-passo ou de válvula cardíaca. Assim, ficou suficientemente justificada a alteração do substitutivo para incluir o termo “ortopédico” na denominação profissional.

Também concordamos com as alterações relativas às atribuições cometidas aos profissionais. Dessa forma, não restarão dúvidas quanto ao campo de sua atuação, evitando-se conflitos com a área de atuação de outras profissões. Ao protesista e ao ortesista cabe, tão somente, a confecção do aparelho ortopédico, mediante a prescrição do profissional devidamente habilitado – os médicos e os fisioterapeutas, como já dito.

A deputada Gorete Pereira apresentou sugestões que após análise reformulei o parecer, já apresentado, para complementar o voto e acatar as emendas sugeridas que propõe duas alterações no Substitutivo da CSSF, a saber:

1) No § 2º do art. 1º do projeto, para determinar que o Terapeuta Ocupacional, assim como Médico e o Fisioterapeuta, também poderá prescrever a prótese ou a órtese realizada pelo Protesista/Ortesista Ortopédico. Na redação atual, esta prerrogativa caberia também a um substituto igualmente habilitado, sem nominar qual seria esse profissional, na falta daqueles;

2) No inciso III do art. 4º, para suprimir a expressão “quando o caso fugir à rotina habitual”, tendo em vista que ela nada acrescenta ao significado da atribuição; pelo contrário, confunde a clareza do texto anterior relativa à atribuição do Protesista/Ortesista Ortopédico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Por entender que são alterações pertinentes, propomos duas subemendas ao Substitutivo da CSSF a fim de modificar os dispositivos relacionados acima, as quais certamente contribuirão para o aperfeiçoamento da matéria tão pertinente aos Protesistas/Ortesistas.

Nesse contexto, diante de tudo o que foi exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.635-A, de 2005, **na forma do substitutivo** aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família com as seguintes subemendas anexas.

Sala da Comissão, em de setembro de 2011.

Deputada FLÁVIA MORAIS

Relatora



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E
FAMÍLIA AO PROJETO DE LEI Nº 5.635, DE 2005

Regulamenta a profissão de
Protesista/Ortesista Ortopédico.

SUBEMENDA

Dê-se ao § 2º do art. 1º do Substitutivo a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

*§ 2º Quando da entrega da prótese ou órtese, o
trabalho deve estar de acordo com a prescrição do
profissional de nível superior devidamente habilitado,
Médico, Fisioterapeuta ou Terapeuta Ocupacional.*

....."

Sala da Comissão, em de agosto de 2011.

Deputada FLÁVIA MORAIS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E
FAMÍLIA AO PROJETO DE LEI Nº 5.635, DE 2005

Regulamenta a profissão de
Protesista/Ortesista Ortopédico.

SUBEMENDA

Dê-se ao inciso III do art. 4º do Substitutivo a
seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....

*III – instruir pacientes e cuidadores quanto aos
cuidados de higiene, manutenção e uso correto de próteses
e órteses ortopédicas externas, sempre com a orientação
do profissional de nível superior;*

.....”

Sala da Comissão, em de setembro de 2011.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇO PÚBLICO

Deputada Flávia Moraes